CÂMARA MUNICIPAL NISA

ATA Nº 16/2026

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

DE

19 DE JUNHO DE 2026

Abertura da Reunião

Ao décimo nono dia do mês de junho do ano de 2026, na Vila de Nisa, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Motta e Moura, na Praça da República em Nisa, quando eram 15h00, compareceram, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, a fim de se realizar a segunda reunião ordinária do mês de junho da Câmara Municipal de Nisa.

Reunião realizada hoje dia 19 de junho, alterada do dia 15 de junho, pelo Despacho nº 13/2026, de 11 de junho, nos termos do consignado nas disposições, nos artigos 4º e 5º do Código do Procedimento Administrativo e no respeito pelas disposições previstas nos art.º 35º, nº 1, alínea m) e o) e ainda do art.º 40 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, face à presença, na mesma data, do Senhor Presidente Dr. José Dinis Samarra Serra, numa reunião institucional na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e no contexto da boa gestão municipal, que decorre no contexto do processo da ponte internacional sobre o rio Sever.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi declarada aberta pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Compareceram a esta Reunião, para prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na respetiva Ordem de Trabalhos e que dizem diretamente respeito aos seus serviços, os seguintes funcionários municipais:

Coordenadora Técnica, Senhora Maria do Rosário Cordeiro da Silva, da Seção de Contratualização Pública e Património, Dr. André Lourenço Gil Alves, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, Dr.ª Cristina Maria Caria Pires Cruz Mouro e Sérgio Nascimento Ribeirinho Cebola, ambos da Divisão Socio Cultural, Coordenador Técnico, António José Tomás Martins, da Secção Financeira, Arq. João José Bizarro Portalete e Eng. Joaquim Manuel Bizarro Carqueija, ambos da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Eng. Luís Alberto Gonçalves Marques, Chefe de Divisão da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Dr. Jaime da Graça Carita Martins Bizarro, do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Económico.

Procedeu-se, seguidamente, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos processos que constituem a Ordem de Trabalhos, sendo que os resultados e respetivas votações são as que para cada um a seguir se indica e de que é lavrada a respetiva ata, conforme teor do nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto nº 1 - SEA - Intervenção de munícipes

Este espaço é destinado à intervenção de munícipes que se encontrem na sala e que pretendam apresentar assuntos do seu interesse, conforme o disposto no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do art.º 8º do Regimento da Câmara Municipal de Nisa, tendo-se verificado as seguintes intervenções;

- Senhora **Atília Gonçalves Rodrigues**, representante da Comissão de Nossa Senhora dos Remédios de Montalvão, pedindo esclarecimentos sobre um e-mail enviado á Câmara relativamente á tempestade Kristin que deitou tudo abaixo na Senhora dos Remédios, tendo ficado sem sombreamento naquele local, perguntando se havia possibilidade de serem facultadas algumas sombras para o dia 8 de setembro, para que possam fazer a procissão e a festa que costumam normalmente fazer.
O Presidente Dr. José Dinis Samarra Serra, respondeu que ainda não tinham respondido à pretensão, porque estão a tentar encontrar uma solução, sendo verdade que as intempéries deram cabo de muito do património edificado, outro tipo de património e também com uma larga devastação em termos do arvoredo daquele espaço aprazível, para o espaço de romaria com as sombras que permitiam, neste caso o sombreamento daqueles que no contexto da festividade ali presenciavam o dia mas à sombra dos ditos eucaliptos, tendo sido mesmo uma questão de segurança enveredar-se pelo abate, tendo sido assim sugerido e também estará na iminência a correção daquele telhado da ermida para que seja salvaguardado todo aquele património religioso. Tendo-se por ideia, mas não irá a tempo na festividade, fazer dali um espaço de lazer com área de sombreamento, mas para isso, como se deverá perceber, terá que existir um projeto encetado e uma execução também em sequência, o tempo que dista desde então até setembro, não vai permitir esta solução, mas tem-se por objeto e está aqui dito em primeira mão, de criar ali um espaço de lazer exatamente nesse mesmo sentido, não apenas a área de sombreamento, mas também na área envolvente ter-se ali um espaço aprazível, para se poder estar, sendo a alternativa criar-se um sombreamento artificial, sendo o edificado também artificial, que possa pautar pela presença ou continuar a pautar com a presença dos nossos munícipes e visitantes do nosso território naquela festividade, para que haja pelo menos não na extensão toda que é normal acontecer, mas que possa garantir ali alguma área de sombreamento, pelo que na altura se optarem pela colocação de alguma tenda no espaço, irão contactar a Comissão para perceber qual será o melhor sitio para colocação de uma ou duas tendas, módulos separados.

- Senhor **Manuel Gordo Tremoceiro**, disse estar em nome de uma IPSS que é o Centro de Apoio Social de Salavessa para efetuar um pedido de transporte num passeio que fazem anualmente, não sendo a primeira vez que pedem este transporte à Câmara, tendo ele há poucos dias mandado um ofício através de um e-mail para a Câmara, mas como não foi até hoje respondido, enviou outro ofício através do e-mail dizendo que precisam deste transporte para efetuar esse passeio que é para outras pessoas, não só sócios, mas para outro pessoal que queira participar nesse passeio, tendo-o agendado para o dia 25 de junho, por isso é que pensou vir aqui à reunião, uma vez que não foi respondido ainda o e-mail para avançar isto mais um bocadinho para ver se se consegue o transporte o mais depressa possível, porque já há data agendada para o passeio.
O Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra** disse ter compreendido e iniciou a resposta, deixando também para o Vereador, Dr. José Leandro Lopes Semedo, responsável dos transportes, para complementar, dizendo que neste momento existem dois autocarros que estão inoperacionais, daí que tendo em conta a urgência que se tem na reparação dos mesmos, não ser fácil responder atempadamente á situação.
o Vereador, Dr. **José Leandro Lopes Semedo,** disse que indo ao encontro daquilo que foi aqui colocado em questão do pedido do autocarro e indo de encontro às palavras do Presidente, existem

dois autocarros que neste momento estão com alguns problemas técnicos, um deles com alguma gravidade que tem a ver com os travões e uma análise que tem que ser feita pela empresa e já há 15 dias que está na verificação e não se tem tido esse desidrato para que se possam ter os dois autocarros em funcionamento, tendo-se ainda na última atividade que fazer um pedido suplementar ao Município de Castelo de Vide em termos duma atividade que houve.
Em relação aos pedidos de autocarro, eles são despachados, em conformidade com o regulamento, o regulamento define que a questão daquilo que é considerado excursões não é permitido, estando fora do âmbito do regulamento, não sabendo se a atividade se insere numa atividade regular que a Associação desenvolve ou se é puramente uma excursão, se for puramente uma excursão, sendo isso que se tem que saber, se fizer parte da actividade normal da Associação, estará dentro do que é o regulamento de apoio ao associativismo, se não estiver, está fora daquilo que é o regulamento de apoio ao associativismo, dizendo também que fruto daquilo que é a política de autocarros que existem, tudo aquilo que são autocarros com 16 anos ou mais deixam de ter vida efetiva, para uso como município para desenvolver as atividades, principalmente transporte de crianças, sendo a lei um bocado rígida para os municípios, mas muito aberta para os privados, a última vez que se tentou ir ao mercado para adquirir uma viatura nova estando também neste momento para ser lançado o procedimento para adquirir novamente a viatura, já que o ano passado, davam em troca de uma viatura de 15 anos, 25.000 euros, uma viatura que está praticamente nova, acontecendo que em janeiro o Governo prorrogou uma licença especial para se continuar a fazer o transporte até 2027, sendo com essa licença que chegou há pouco, que se está a fazer, no entanto, é só uma explicação à parte, não vai de encontro também ao pedido, servindo só para explicar aquilo que está em causa e nessa situação, colocou-se logo em funcionamento, a situação de ir ao mercado novamente para se rever a situação do transporte para não se ficar sem o transporte de crianças para o próximo ano, estando-se já neste momento a fazer uma prospeção de mercado e possivelmente o concurso público será lançado, estando-se a falar num autocarro de 53 lugares que se situa à volta dos 200 mil euros sensivelmente.

O Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra** disse perceber-se que dia 25 está á porta, mas também se não se tiver essa disponibilidade física do autocarro, em sede do parque de viaturas, será difícil responder em conformidade, indo-se ver o que é que os próximos dias ditam.
Disse também que relativamente aos veículos de transporte há dois anos atrás, houve uma linha aberta de candidatura para veículos elétricos, autocarros, mas, coletivamente enveredou-se por não dar prosseguimento à situação porque os veículos elétricos para esse tipo de transporte que aqui se tem, a questão que está aqui em causa, apresentam muito pouca autonomia relativamente àquilo que é o propósito para um transporte desta natureza para uma visita, uma dinâmica qualquer de exterior em que se faça 500, 600 quilómetros, ficando-se logo castrados por esta situação e também pelo registo de muitos municípios que até se anteciparam à medida, mas já perspetivando a medida e ter o procedimento em curso e já numa fase elevada de desidrato, muitos problemas der alimentação elétrica do próprio veículo, não querendo correr o risco, tendo em conta que como disse o Vereador José Leandro, agora estar-se a falar se se for ao mercado e se se optar por uma plataforma de aquisição como a CONNECT se poder conseguir ainda que combustíveis fósseis, um veículo por 250.000 euros, no caso de energia totalmente limpa, estando-se a falar de um veículo de 500 a 600.000 euros no mínimo, julgando-se neste momento que aquando da candidatura, não

ser pertinente, não sendo neste momento ainda favorável, tendo em conta em conta as limitações designadamente de autonomia que exista.

Ponto nº 2 - SEA - Período de antes da ordem do dia.

Apreciação e votação de Ata(s) de Reunião(ões) de Câmara

- Não houve Atas.

Assuntos para conhecimento

- Dr. José Joaquim Tonilhas Carmona Ribeiro, entrega/oferta de um livro com documentação referente á Vila de Alpalhão documentos do Arquivo Municipal de Nisa "Livro de Registos da Câmara Municipal de Alpalhão dos anos 1772-1842, devidamente tratados e cronologicamente, (restauro da documentação) ordenados pelo Paleografo, com origem Nisense, Fernando Mário Dias Filipe Portugal. (falecido).

Intervenções:

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, falou da entrega de um livro à Câmara Municipal de Nisa, tendo dito que ficou surpreendido, um dia destes o Professor Carmona encontrou-o na rua, trocaram algumas palavras, como sempre trocam e disse-lhe que tinha chegado o momento de fazer uma oferta, de uma missão que tinha para com o Município, dizendo que tempos idos situando-se ainda nos tempos do Doutor José Manuel Basso, enquanto Presidente de Câmara, foi entregue a Fernando Mário Dias Filipe Portugal, um livro expressivo da história de Alpalhão, 70 anos de história de Alpalhão, que visava a sua conservação, o seu restauro e a sua encadernação, mas que, com a promessa de que só deveria ser reentregue ao município quando fossem conferidas condições para depósito do mesmo, sabendo-se aquela que é a história do arquivo municipal e bem se sabendo também quais foram as obras que foram desenvolvidas para que na cadeia velha se possa ter o arquivo municipal para o efeito, tendo sido nesse mesmo sentido que, pensando ser um livro, aquilo não deixa de ser um livro, mas não é um livro de 6 quilos, é de 7 quilos, agendando-se o encontro no Município e o Professor José Carmona, presenteou com aquele exemplar que ali está e como é evidente, muito satisfaz o facto de uma documentação ter sido perdida no tempo, não deixou de voltar ao sítio devido para o devido efeito e como é evidente, recebeu com muito apreço e com entusiasmo que o Professor Carmona estava a manifestar de ser devolvida à origem por se encontrarem reunidas as condições para preservação do respetivo documento.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que o Professor Joaquim Carmona já o tinha abordado em tempos com algumas obras e referências do Professor Fernando Portugal, que inclusive bem recentemente foi atribuído o nome dessa vida pessoa à Biblioteca existente na União de Freguesias de Nisa, também já, em anterior situação houve uma homenagem ao Professor Fernando Portugal nas instalações da Santa Casa da Misericórdia de Nisa, onde esteve presente também o antigo Presidente da Assembleia Municipal, Doutor João Santana, dizendo que estiveram cá os filhos do Senhor Fernando Portugal, por ocasião da atribuição do nome na Junta de Freguesia e pelo que sabe daquilo que eles lhes transmitiram, tem várias publicações porque a

pessoa pesquisava continuamente, fazendo muita recolha, seria bom abordar a família para tentar ver, se haveria disponibilidade de ceder esses seus trabalhos porque se têm estes que são publicações que vieram no jornal Correio de Nisa, certamente terão outros elementos que podem voltar a enriquecer a Biblioteca e o espólio daquilo que poderá ser o arquivo da Câmara Municipal, sendo verdade que agora há melhores condições, porque quando funcionava no arquivo da biblioteca, lá em cima, no primeiro andar e não estavam em boas condições, achando que devia haver essa preocupação da parte sociocultural em abordar-se a família para ver se existem mais publicações que poderão facultar à Câmara Municipal e tudo isto pode enriquecer, o espólio que é o nosso arquivo municipal.

Disse também que o Professor Joaquim Carmona participou, enquanto orador e dava as suas conferências integrando a universidade sénior, valorizava em muito os conteúdos desenvolvidos nesta estrutura municipal achando que era um bom desafio e que deverá haver essa preocupação porque acha que o Professor Joaquim Carmona, se dá essas aulas a Castelo de Vide, tem muito mais lógica, tendo ele a disponibilidade que sempre mostrou em colaborar com a população de Nisa, dar aulas também aqui na universidade sénior.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que relativamente a este livro devolvido á Câmara, é um motivo e satisfação e apreço o facto de terem recuperado os registos da Câmara de Alpalhão, de 1772 a 1842, ficando assim num lugar de ser consultado posteriormente pela Freguesia, devendo ser divulgado também através da Freguesia de Alpalhão, para que também a população tenha conhecimento e também pelo Concelho de Nisa, porque foi lá realmente que foi fundada a Câmara e é bom que esses registos tenham vindo.

- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que aquele livro que ali está não se trata de um livro puramente dito de livro, são as atas da Câmara Municipal ou os originais da Câmara Municipal de Alpalhão durante 70 anos, que foi totalmente recuperado e que estava perdido, estando muito bem recuperado, tendo sido surpreendido pela positiva, deixando aqui uma nota também ao professor carmona que foi quem teve a preocupação de ter a seu cuidado durante estes anos, fazendo-o regressar aquilo que é o património municipal e que com muito agrado se deve receber aqui este património riquíssimo.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, expressou o seu profundo agradecimento ao Professor Carmona. porque foi incumbido de uma tarefa que cumpriu de forma cabal, com o desconhecimento de todos poderia não o ter feito, mas fê-lo da forma mais profissional e dedicada merece, de facto, um profundo agradecimento, como também à família e ao Fernando Portugal e à sua família por permitirem que esta obra volte a fazer parte do espólio da autarquia, sendo a sua sugestão que ela possa ser divulgada, pelo menos junto das Freguesias, para que seja possível todos terem um contacto vivo com esta obra.

Informações dos Eleitos:

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, referiu que tendo em conta aquilo que foi o motivo para o adiamento da reunião, pondo a par, um pouco daquilo que está

em causa, da última vez que lhe colocaram a questão, respondeu, ponto de situação relativamente à ponte Internacional sobre a Rio Sever, estando ainda a aguardar pronúncias da APA, que é a autoridade de avaliação de impacto ambiental e é ela própria que é responsável de fazer essas pronúncias, sendo que as situações descondicionantes, como já se percebeu pela leitura do documento, são remetidas às instituições devidas e estas instituições é que formulam as respostas, tendentes a poderem ser expostas nas notas técnicas, que só no ano de 2026, já foram cinco notas técnicas e que situações eram repetidamente levadas, respondidas, devolvidas para as novas respostas e em não conformidade para as situações, não á pronúncia correspondente. Relativamente àquilo que aconteceu, a reunião a pedido da APA já vinha sido solicitada desde janeiro de 2026, como já tinha comentado, as primeiras respostas às situações correspondentes às condicionantes previamente ao início da execução da obra, que são apenas 22 e diz apenas, de uma forma sarcástica, são apenas 22, porque costumam dizer-lhe que são poucas, porque costumam ser muitas mais, sendo também esgotante, está-se desde outubro a procurar responder a situações que era possível da parte do município fazê-lo por iniciativa própria, mas algumas delas, muitas delas, poderiam decorrer apenas do momento da consignação em que o executante tem um conjunto de trabalhos de sondagens, de planos de condicionantes, planos de acesso que deveriam ser remetidas, como se sabe, a consignação foi a 29 de dezembro, a partir de então, começou-se a responder aos elementos, mas existem ainda 3, 4, 5 pontos que ainda não estão em conformidade propriamente com aquilo que o ICNF pretende que seja respondido, nesta medida houve essa reunião com cariz alargado, porque não apenas envolveu a APA, o ICNF, envolveu também a CCDR, em que se procurou identificar as situações em causa de uma forma conjunta e de uma forma de resolução célere para a pronúncia célere dos elementos em falta, como aquela reunião não foi propriamente técnica, a de segunda-feira, ficou por agendar o mais celeremente possível uma reunião de natureza técnica, já envolvendo executante, para que situações como acessibilidades, de situações dos estaleiros, do estaleiro, principal, dos estaleiros frente à obra, dos estaleiros secundários, dos vazadouros, de inúmeras situações que pudessem tecnicamente ser conversadas e ir de encontro aquilo que é a pretensão do ICNF.

Outro deles que também diz respeito à questão do cronograma, como está previsto no ponto 13, obriga a que haja um respeito da declaração de impacto ambiental e um dos pontos, só para se ter uma ideia, tem a ver exatamente com a época de desmatação, tem-se algum azar no meio disto tudo porque se está a falar numa zona protegida, com diversos habitats, independentemente de já se ter um projeto de mitigação de três habitats, existem situações que não se consegue por nós próprios resolver, a nidificação e o abandono como se chama dos juvenis, dos respetivos ninhos, deve respeitar uma lógica que está prevista na declaração de impacto ambiental e o período de desmatação só pode ocorrer nos períodos entre outubro e março, ainda que se houver, uma monitorização no terreno possa, sem dúvida, haver trabalhos desta natureza antes e de certa forma, procurou-se, limar algumas arestas, que não é fácil, em troca de documentos, a troca de e-mails e depois é aquela formalidade, tem-se 30 dias para responder e depois é levado mesmo à letra e é no 30º dia que é obtida a resposta, essa reunião veio superar muitas situações que se encontravam pendentes, com o compromisso do Município de Nisa já na próxima semana responder a dois pontos desta relação e os demais serem respondidos até início do mês de julho, quando terminaria, a pronúncia relativamente àqueles elementos que se enviaram, o ponto de situação é este, enquanto não houver condicionantes, não há novidades extraordinárias relativamente ao processo.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que a sua primeira pergunta era o que é que surgiu, que respostas tiveram da parte das várias entidades, da APA e do ICNF que pudesse alterar no fundo o andamento dos trabalhos e continua-se na mesma, tenho o Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, dito que relativamente àquilo que foi o pedido de audiência em janeiro, só responderem agora com uma audiência que é despoletada por eles, porque também já existe uma certa saturação da Autoridade de Haia relativamente para tentar às questões do ICNF, dando como exemplo, que um dos pontos tem a ver com a zona de intervenção, e a zona de intervenção, está medida e como se irá ver, num ponto sucedâneo que tem a ver com a Iberdrola, existe preocupação do lado de lá, existe preocupação do lado de cá e tudo o que tenha a ver com um pequeno desvio à zona de intervenção, coloca logo em cheque aquilo que está escrito na declaração de impacto ambiental, como esta questão, a desmatação só poder acontecer entre outubro e março para o efeito, mas como se deve perceber e quem conhece o território naquela zona, a encosta não é propriamente desmatação, o que vai acontecer é a intervenção em termos do movimento de terras, vai obrigar a avanço constante, praticamente o trabalho de desmatação vai ser propriamente a construção da acessibilidade, ao tabuleiro da ponte, mas se acontecer uma situação que por qualquer motivo se tenha de desviar á questão daquilo que está na declaração de impacto ambiental na zona de intervenção, porque é bem possível, independentemente dos caminhos de acesso que existam, é bem possível, terá que se remediar, terá que se mitigar, só para se ter uma noção, é óbvio que conhecendo aquela encosta, a espécie de autóctones são muitas, sendo uma coisa é falar-se de povoamento, outra coisa é falar-se de crescimento espontâneo, ainda assim, é necessário fazer esta reposição, como já tinha traduzido em momento anterior, felizmente aquilo acontece tudo mais ou menos no mesmo sítio, no mesmo prédio rústico e tem sido fácil trabalhar com o proprietário no sentido de encontrar soluções, dizendo que no projeto de mitigação, tendo em conta o erro do ICNF, porque o ICNF também comete erros, estando previsto um primeiro projeto para um habitat, a meio do campeonato, solicitaram dois habitats complementares, ou seja, de um passou para três, dizendo que levou a dois estudos que aliás, foi o Instituto Politécnico de Portalegre, parceiro, que desenvolveu que poderia ter resolvido a situação no primeiro, mas foi um erro do ICNF não ter considerado, aquela existência dos outros dois habitats, não interessando agora quais são, para além da compensação do abate de sobreiros e azinheiras ao longo do caminho, aumentar complementado noutra área, e nessa segunda parte, tendo havido o erro do ICNF quando se negociou a área de intervenção da mitigação de habitat, em vez de se estar a pedir e hectares, pede-se seis e qualquer coisa não haja mais algum erro para o efeito. Há excedente, mas como é uma situação que pode vir a ocorrer a posteriori, terá de ser pronunciado, através de um novo estudo para mitigação de alguma situação que possa ocorrer, se forem 500 m², se forem dois hectares, se forem 3 hectares, terá que ser complementar para o efeito, aquele excedente não serve absolutamente para nada.

Perguntou como é que está a situação do RGPD ou a transmissão das reuniões, tendo dito que seria bom que se tivesse uma noção correta da situação e que poderia haver um mail a dizer a razão da inviabilização, ao que foi respondido que o equipamento está adquirido e até agora apesar do pedido de explicações até agora não houve desenvolvimentos, estando-se a aguardar resposta.

Questionou ainda sobre a visita ás obras, dado que se tinha previsto poderem ser em junho, sobre este assunto foi dito não se saber ainda para quando será agendada a visita.

Relativamente aos danos provocados nas campas do cemitério, tendo-se falado nisso na reunião anterior onde o presidente não esteve presente, perguntou se já havia mais algum avanço sobre o assunto, tendo sido dito que tal como foi já respondido aos interessados que juridicamente não compete ao município assumir qualquer tipo de responsabilidade dos danos, cabendo aos titulares familiares assumir os custos, sendo diferente se se tivesse verificado que a arvore tinha danos, se estaria podre por dentro, o que não se verificou e que relativamente aos danos municipais ainda se aguarda resposta do respetivo seguro.

Perguntou ainda o ponto de situação relativamente á atualização do protocolo com as Juntas de Freguesia, dado que se falou nisso em determinada altura, tendo sido esclarecido que sobre esse assunto, parte dele, os cálculos já estão determinados, o trabalho já está praticamente desenvolvido, vindo aqui uma revisão que vai ao seu encontro, é um aumento que é necessário fazer, na respetiva leitura que se fez e determinação dos valores, estando-se a apontar para 460.000 euros, distribuído pelas freguesias que mais do que duplica, aquilo que foram as verbas distribuídas, nos últimos anos em fatores de atualização, tendo o vereador dito que se sentiria mais confortável vendo quais os valores atribuídos a cada uma das freguesias, tendo sido respondido que vai vir à Câmara, tendo que se ter verba disponível para que tal aconteça.

Relativamente á situação daquelas solicitações de reunião da Junta de Montalvão sobre a realização da Feira do Mel, perguntou se já houve contactos, se já houve algum avanço sobre esse assunto, tendo sido respondido que a feira do Mel é uma organização da Junta de Freguesia de Montalvão, estando a aguardar-se que que façam chegar a logística necessária para o efeito à semelhança do que acontece com a feira do Queijo e com a feira dos Enchidos.

Disse também ter sido solicitado na última reunião os planos de atividade das várias Associações, mas até ao momento não lhe fizeram chegar nada, tendo sido respondido que se aguarda a vinda de férias do responsável para se poder fazer chegar o solicitado.

Lembrou mais uma vez sobre a adaptação das casas de banho no mercado, perguntando se já se ponderou sobre a situação, referindo que os utilizadores do campo de Padel junto ao Mercado Municipal, têm vindo a manifestar-se que não têm instalações sanitárias, nem qualquer tipo de apoio aquela infraestrutura, é certo que estando no centro da Vila, podem facilmente chegar a casa e tomar banho em casa, mas uma simples casa de banho ou uma situação de utilização rápida enquanto estão a praticar esse desporto, e porque a proximidade é tal com a parte lateral do Mercado Municipal, onde já existem casas de banho do próprio mercado, seria fácil de implementar, tendo sido esclarecido que o Mercado Municipal não está sempre disponível, pelo que existem também as casas de banho públicas junto ao Posto de Turismo.

Sobre a questão das placas toponímicas, aquela sugestão sugerida pelo Dr. Murta, foi respondido ser um assunto que ainda está em análise.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que relativamente à alteração da reunião, ficou contente por ter ligado para alterar uma reunião e agradeceu, referindo que também gostava de ver esses telefonemas para se discutir assuntos da reunião, como, por exemplo, ligou para dizer que tinha que alterar a reunião porque tinha uma reunião com a APA que era de extrema importância para o município, mas há quinze dias atrás fez um anúncio das Festas de Nisa para a

Comunicação Social, mas os Vereadores não foram perdidos nem achados, tendo feito a apresentação das festas sem o executivo estar presente, ou seja, só servem para algumas coisas, por isso é que lhe disse ao telefone que fiquei satisfeita com o telefonema porque ao menos contactou-nos para saber a opinião, isso devia de fazer relativamente a todos os outros assuntos que correspondem ao Concelho de Nisa, porque também têm opinião, não sendo só quando chegam às reuniões, são as reuniões de Câmara, mas lá está quando veem regras de funcionamento de uma Nise em Festa, depois dos artistas terem sido anunciados no dia antes, tendo já referido isso ao senhor Vereador, que era quem estava a presidir a outra reunião, querendo também aqui deixar aqui o seu reparo para que fique escrito em ata que não servem só para aprovar ou chumbar contas, servem para fazerem parte do Município, perguntarem a opinião ou fazer uma reunião como se fez antes, para discutir aquela situação do orçamento que depois nunca ficou, mas poderiam ter outras reuniões como bem aqui se disse que andam há seis meses a pedir para irem visitar as obras e que agora até vêem aqui coisas para aprovar, sem conhecermos as casas, sem se conhecerem as obras, mas depois eles é que são os maus, se não aprovam, mas fazem parte do município, mas não aprovam porque não têm conhecimento, não sendo só essa resma de papéis que lhe chega a casa uma semana para que entendam tudo, têm que ir ao terreno, têm que ir conhecer mal parece, sendo isso a sua opinião, quando vem aqui uma empresa que aconteceu na ultima reunião que tem a ver com aquela obra que está ali ao pé do intermarché, que é o Nisa tech e para espanto dos empreiteiros que aqui estiveram a pedir mais uma prorrogação da obra, e bem porque aconteceu o que aconteceu, tendo os senhores ficado estupefactos, por ainda não conhecerem a obra, esta e todas as outras e que quando liga para mudança de dia de uma reunião, devia ligar também para reunirmos com questões do interesse do Concelho de Nisa, como a Casa dos Bolos, que foi inaugurada e só viram na comunicação social, essa e outras questões, tendo o Presidente da Câmara respondido que da mesma forma, que têm ou não obrigação de o fazer, também eles podem, sabendo eles muito bem que já colocaram à disposição, fazerem chegar, algumas situações propostas e até hoje zero, nunca teve um telefonema nesse mesmo sentido, tendo já disponibilizado, essa possibilidade, ficando registado em ata as duas faces da moeda, em que da mesma forma que podem ter essa obrigação, também a oposição pode contactar para o efeito.

Relativamente àquilo que o Senhor Presidente falou por causa da reunião que teve com a APA e com o ICNF relativamente à ponte, espera que isso não se prolongue por um ano ou dois e que não vá ser a mesma coisa com o Nisatech, mas aí também tem que concordar com o seu camarada de bancada que se calhar podia ter sido evitado, se esses estudos fossem todos feitos antes, porque quando fizeram o projeto da ponte, sabiam que iriam haver estudos ambientais do ICNF, só que na altura quiseram fazer uma proposta, que era para as eleições e agora essas coisas vão todas alterar, tendo o Presidente pedido para que fique registado em ata que não vai responder a provocações e que a falta de conhecimento é de tal forma gritante que não merece resposta, ao que a vereadora retorquiu que ficasse também em ata que que o Senhor Presidente não lhe respondeu porque sabe perfeitamente que esses estudos poderiam ter sido feitos antes do projeto ter sido anunciado à população do Concelho, que iria haver uma ponte Internacional sem o estudo estar feito antes.

Disse também que já há três reuniões que os Vereadores da CDU nas segundas-feiras, fazem o atendimento quando há reunião de Câmara, hoje por acaso não houve, mas andou por fora no Concelho, não sabendo o que é que se passa, porque os computadores não funcionam, não tem acesso ao Mail, não dão nada.

Disse ainda ter tido conhecimento esta semana, na Freguesia de Alpalhão, junto ao restaurante Alpalhoense, que andaram a fazer limpeza a uma arvore, tendo essa mesma arvore partido a torneira da fonte, tendo sido solicitado o apoio da Câmara e já lá estiveram dois técnicos há dois meses, gostando de saber em que ponto está a situação, tendo sido pedido pelo senhor Presidente que faça chegar essa informação ao gabinete para que as coisas sejam resolúveis, tendo sido dito pela Vereadora que se os Técnicos lá estiveram há dois meses com certeza a Câmara estará a par da situação.

Relativamente àquilo que ouviu há pouco, o Senhor Manuel Tremoceiro veio aqui falar sobre o pedido de um autocarro lá para a associação, para uma excursão, como fazem as outras associações que pedem para uma excursão, para uma visita, normalmente todas as associações que pedem um autocarro à Câmara de Nisa, sejam elas associações, são as associações que normalmente pedem, Associações das quais eu conheço com Inijovem, Ajal, Contradanças, é tudo para excursões, só mudam a palavra para visitas porque o intuito é todo o mesmo, sendo muito triste, saberem que há dois autocarros avariados, só quando o munícipe os vem solicitar.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, referiu que por acaso conseguiram contactá-la para a mudança da data da reunião por Watsup, porque se encontrava fora do país, reconhecendo que qualquer alteração é sempre conveniente que seja agendada com mais tempo, relativamente áquilo que foi a posição da reunião da APA, surge-lhe alguma preocupação que já tinha manifestado na anterior reunião com o Vice-Presidente na reunião em que não esteve presente e que prende-se com o facto de que se perdeu o financiamento PRR, ou seja, pelo menos as declarações do Presidente da CCDR assim o indicavam, dizendo que este era um dos investimentos que ficou fora sendo que a sua questão é, elencando neste momento os diferentes pontos que foram abordados pelo Presidente referente a este assunto, percebe-se que dificilmente se vai conseguir pôr o projeto em marcha eventualmente até ao final do ano.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, respondeu que aquilo que ela ia perguntar ele não lhe pode responder, e que a articulação que existe neste momento com as três partes, combinaram essa matéria no sentido de quando sair sai de uma forma uniforme, dizendo que por mais que possam haver opiniões que não batem certo com aquilo que foram as apreciações da Vereadora Ana Cecília, não temos capacidade de medir a nossa resposta, quando ela é administrativa da parte de outras, são cinco anos e meio que se anda nisso, sendo extremamente desagradável, fazendo uma alusão ao programa da Joana Marques, estar-se constantemente dependente da parte de outros, confidenciando que independentemente de posições diferentes políticas, é muito fácil trabalhar com o Reino de Espanha, dizendo isso porque, Deputación, Junta da Estremadura e Governo, têm sido de uma forma exemplar responsáveis naquilo que sendo percetível pela leitura da declaração de impacto ambiental que há situações que só podem ser respondidas quando o executante entra em obra e para que consignassem foi uma pressão também que tiveram porque, como se deverá depreender também o governo tem todo o

interesse em mostrar execuções, quando se verificou aquela situação dependente de Espanha, que faltava um parecer, aquela situação também da declaração de utilidade da DIUP, que foi emitida naquelas vésperas da consignação, pediram-lhe encarecidamente que tentasse fazer a ponte do Ministério da Coesão Territorial com Espanha, quer junto da Estremadura, mas também junto do Governo de Madrid, para que a situação do lado de lá fosse resolvida a tempo de se consignar o mais rapidamente possível, acontecendo como aconteceu em situações anteriores que como se sabe, existe uma comissão técnica, que são dois elementos do Município, ele próprio e o chefe de Divisão, Engenheiro Luis Marques, as Infraestruturas de Portugal, que é um jurista, da CCDR é mais uma pessoa, situações que obrigam a uma resolução célere, tem-se contactado nesse ciclo círculo mais restrito da Comissão Técnica e tem-se procurado também junto de Espanha, que eles próprios desenleiem a situação, como se deverá entender tem-se o projeto do nosso lado, o projeto do lado de lá ainda não está feito, há um estudo prévio para isso, o alerta que se deixou há seis meses atrás, sendo agora capaz de já estar feito porque entretanto não se voltou a reunir enquanto comissão técnica, é que quando a ponte estiver feita, que ela seja entregue, num ponto também no Reino de Espanha, havia um diferendo, isto porque o projeto está a ser trabalhado, mas o ponto de encontro da ponte havia ali um diferencial, no ponto de entrega relativamente àquilo que eles previam muito simplesmente porque, por um pormenor que todos descuraram até o momento de dizer que um dos pilares estratégicos da entrega fica em cima da conduta de abastecimento de Cedilho, tendo que se fazer uma alteração Bypass da parte do executante, mas foi resolvido, na brevidade, sendo simples quando existem comissões, coordenações, responsáveis sendo aliás, um dos pontos que vem da Iberdrola, esses pontos da Iberdrola, não foram solicitados, foi despertada preocupação e eles entregaram vários protocolos para poderem ser considerados, isso para chegar-se à conclusão de que, não pondo em causa os institutos públicos, mas a morosidade técnica que existe quando se recebe um e-mail a dizer que se tem 30 dias úteis para responder, quando se faz pressão e eles dizem, que têm 30 dias úteis para responder, não é fácil, são cinco notas técnicas, mas dizem claramente que se tem trinta dias úteis para responder, não sendo fácil, trabalhar-se com esses prazos, querendo que as coisas aconteçam, mas não está na nossa dependência, muito desses cinco meses que decorreram desde o da sua primeira solicitação em que se tivesse acontecido aquela audiência logo na altura poderiam ter resolvido, se calhar, muita coisa na troca de papéis que existem, os técnicos do ICNF não querem saber, eles emitem o parecer deles, sobe aos respetivos responsáveis de departamentos ou mesmo Delegados Regionais, que reportam à APA e vem a sua resposta daquilo que é a APA, com o parecer do ICNF relativamente àqueles pontos, é que os pontos estão pendentes do ICNF pura e simplesmente.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, questionou ainda relativamente á posição ou pronuncia junto do Tribunal de Contas.

Sensibilizou para a necessidade de um financiamento maior para este investimento, como foi dito por si quem tem interesse que ela aconteça, tem que se chegar à frente para lhe dar o dinheiro e não pode ser a Câmara Municipal, chamando a atenção para isso.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que a segunda parte, a parte que diz respeito ao financiamento, só será respondida quando as condicionantes ambientais estiverem todas respondidas, tendo sido isso que ficou combinado, o formato do

financiamento advirá na sequência de toda a superação das condicionantes ambientais prévias à obra, e em função disso, face a essa pergunta, que ainda bem que foi feita, será dado conta, exatamente da pronúncia junto do Tribunal de Contas, tendo lido uma resposta que enviou ao Dr. Fernando Alfaiate, que decorre das mesmas situações:

"Na sequência dos contactos anteriormente mantido relativamente ao projeto da ponte Internacional, permita-me voltar no momento particularmente sensível do processo, mas também determinante para a afirmação política e territorial desta infraestrutura.

As recentes declarações públicas do Senhor Presidente da CCDR, engenheiro Ricardo Pinheiro, à antena 1, referindo que este será o único projeto do Alentejo a sair do PRR vieram inevitavelmente gerar apreensão no território nacional e transfronteiriço e abrir espaços e interpretações públicas que importa rapidamente estabilizar, compreendemos plenamente as dificuldades decorrentes do calendário do PRR, das exigências procedimentais e das condicionantes ambientais associados a uma obra desta dimensão, contudo, importa evitar que se consolide na opinião pública, a apreciação de que o projeto caiu, falhou ou deixou de merecer prioridade política. Completamente errado, portanto, há uma preocupação política da parte do governo, e porque será incompreensível para o interior do país e particularmente para o Alto Alentejo que um dos mais relevantes projetos estruturantes da conetividade transfronteiriça pudesse ficar comprometido numa fase em que está praticamente ultrapassado o essencial das condicionantes administrativas e ambientais, na verdade o processo encontra-se hoje preso por muito pouco, aguardando-se essencialmente a pronúncia da Autoridade de Haia relativamente à condicionante associada ao cumprimento integral das disposições ambientais, neste enquadramento parece-nos absolutamente decisivo à edificação da estabilização da solução alternativa de financiamento, permitindo uma comunicação institucional concertada e firme que assegura aos territórios, às populações e aos agentes económicos que projeto avança e não será abandonado, por isso mesmo e num claro sinal de compromisso institucional com a caracterização das infraestruturas estratégicas que o município de Nisa mantém a total disponibilidade para defender a construção das soluções que contribuam para a viabilização do projeto, sempre num quadro de prudência financeira, proporcionalidade e da salvaguarda do interesse municipal, contudo, importa igualmente reconhecer que estamos perante uma infraestrutura de inequívoco interesse nacional cuja responsabilidade de financiamento deve continuar a assentar maioritariamente em instrumentos de âmbito estatal e comunitário, tanto mais quanto o diferencial atualmente existente decorre em larga medida da evolução dos custos de empreitada face ao enquadramento financeiro inicialmente previsto do PRR.

Fazemo-lo porque acreditamos como sempre no projeto, porque acreditamos que o interior também tem direito à ambição e porque continuamos convictos que haverá capacidade política e institucional para conciliar interesses, ultrapassar constrangimentos, ..."

Já foi numa comunicação anterior que não é essa, foi também foi dado conhecimento ao Senhor Ministro, quando respondeu ao Presidente, ao Dr. Fernando Alfaiate que lhe perguntava, qual é que era a capacidade de se assumir, tendo-lhe dito que, quando em 2021 se trabalhou isso, o financiamento era 100%, os custos de mercado foram evoluindo consideravelmente, o custo da obra aumenta exponencialmente pela falta de oferta de construtores, tendo todos noção disso, Mas havendo aqui uma consideração que não se pode esquecer, é uma infraestrutura transfronteiriça e

aqui entra outro campeonato, e as Infraestruturas de Portugal, qual é que é a responsabilidade no meio disto tudo, será o município que vai gerir a conservação daquela infraestrutura, que vai passar a ser uma infraestrutura pública e quiçá de imediato transitar para as Infraestruturas de Portugal, Este aqui foi já com o Secretário de Estado que falou na altura, tendo-lhe sido dito que sendo assim, as Infraestruturas de Portugal terão de ressarcir todos os gastos associados, tendo dito à Senhora Vereadora que neste momento, não podia dizer tudo, mas essa situação está garantida, o formato não está fechado, mas há o compromisso inequívoco da parte do Governo, da parte da CCDR que o financiamento será garantido, em que medida, em que valor em que formato, medida de financiamento não consegue concretizar neste momento.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, referindo-se a outros assuntos que ficaram em stand by e que neste momento é fundamental que avancem, a primeira questão que até na última reunião voltou a falar com o Senhor Vice-Presidente, tendo neste momento que voltar a falar, por já ter sido abordada por alguns munícipes face a esta preocupação, que é saem do autocarro, precisam de ir à casa de banho, sendo desumano, ilógico no território como o nosso, os autocarros pararem, as pessoas estarem aflitinhas para ir à casa de banho, terem que andar ali a correr, sendo uma situação que tem que se resolver, mas tem que se resolver para ontem, não é para daqui a dois dias, daqui a três dias, é urgente, sabe que ficaram de arranjar uma solução, com o Clube Motard, que está naquele espaço, mas nem que seja por ali uma casa de banho portátil, qualquer coisa deste género que possa resolver este problema, não sendo agradável, ficando-se muito mal na fotografia.

- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que uma das hipóteses que se tinham em cima da mesa, é uma das casas de banho que neste momento está ao fundo da Devesa, quando se realizam as feiras e os mercados, transitá-la para a parte de cima, sendo a única situação encontrar um ponto para escoamento das águas sujas, mais nada do que isso, essa situação foi equacionada na altura e não foi posta em prática por causa da feira que se realizou no fim de semana passado, isto está nesse ponto para transitar essa unidade que está lá em baixo para um local mais próximo.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse ainda que a outra questão tem a ver que ainda não deve haver resposta para a reparação dos postes danificados, em que foi respondido que o procedimento já foi feito e se está a aguardar a entrega.

Referiu ainda que na última reunião pediu para que fossem disponibilizados os planos de atividade das Associações do ano anterior, por desconhecer o plano que está em vigor e, por isso não poder aferir dos apoios que estão a ser atualmente praticados, mas também para poder fazer a comparação com aquilo que aí vem, para perceber a lógica de crescimento desses apoios ou não face ás iniciativas que são apresentadas neste momento e porque gostaria de analisá-los e estudá-los.

Outra questão prende-se com as cedências de autocarros, não pondo em causa a autorização ou as cedências que têm sido feitas, percebeu que foi cedido um autocarro aos Veteranos do Sport Nisa e Benfica para apanharem um avião para a Suíça e depois o autocarro foi lá buscá-los, não sendo por aí a sua questão é se essa cedência não teria que vir à Câmara, como vêm aqui as

isenções de taxas, tendo sido explicado que esta é uma situação que se insere no âmbito do Regulamento que foi presente na Câmara Municipal, conferindo-lhe uma atividade regular que é desenvolvida pela Associação enquadrando-se nesse mesmo Regulamento.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que na última reunião perguntou, sobre uma infestação de baratas que existe ali na zona da Cevadeira, querendo saber o ponto de situação, tendo sido dito tratar-se de um caso pontual e que a veterinária municipal já esteve no local. E vai haver também uma verificação sucedânea também com a fiscalização.

Relativamente ao Padel de Alpalhão, perguntaram-lhe se quando vão pedir a chave, se há possibilidade de abrir as casas de banho, dado que se encontram lá ao lado, tendo sido dito que está a ser ponderado fazer-se um protocolo com a Junta de Freguesia, para que seja salvaguardada também a questão da abertura e limpeza do espaço.

Ponto nº 3 – SF/TESOUR - Deliberação Nº 236/2026
Resumo Diário de Tesouraria.

A Câmara Municipal de Nisa reunida, aprova por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo nos termos da documentação disponibilizada pela Secção Financeira e cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Ata, a situação relativa ao Resumo Diário da Tesouraria nº 104, referente ao dia 05 de junho de 2026 e em que os respetivos numerários são os a seguir transcritos:

- Operações orçamentais: 3.064.226,87 €

- Operações não orçamentais: 184.396,56 €

PONTO Nº 4 – SCPP - Deliberação: 237/2026
Concurso Público de "Aquisição de Serviços para auditoria externa das contas do Município de Nisa" por 36 meses - Submissão do Relatório Final - Decisão de Adjudicação e Minuta ao Órgão Deliberativo.

Nos termos da IP Nº 5236/2026, de 2 de junho, da Seção de Contratualização Pública e Património, o Executivo reunido aprova por **Maioria**, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e 3 (três) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho. o Relatório Final, Decisão de Adjudicação, bem como Minuta do Contrato relativo á nomeação do auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, **Jorge Luis Martins Brandão**, pelo valor de 14.040,00 (catorze mil e, quarenta euros), acrescidos de Iva à taxa legal em vigor de 23%, com o seguinte **desdobramento de encargos**:

- Ano de 2026 – 2.340,00 €;

- Ano de 2027 – 4.680,00 €;
- Ano de 2028 – 4.680,00 €;
- Ano de 2029 – 2.340,00 €.

Deliberou também submeter á **Assembleia Municipal**, a decisão de adjudicação para efeitos de nomeação do auditor externo.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse que a sua questão, depois de ter analisado todo o processo, prende-se com o facto de que o júri de facto confirmou documentalmente a autorização para acumulação de funções através da comunicação do próprio e do e-mail, mas considera que seria muito lógico e mais adequado dispor-se do despacho administrativo e não apenas da declaração do concorrente e do e-mail, questionando onde está o despacho administrativo que fundamenta aquela posição, tendo sido dito que o despacho é publico.
A Vereadora referiu que o seu Presidente disponibiliza os seus serviços para uma entidade e fez um despacho para isso, de facto, foi-lhe enviado por e-mail pela responsável do serviço, dizendo que estava autorizada, mas anexo veio o despacho do Presidente, perguntando onde está o despacho.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse ter sido este também o seu entendimento relativamente ao documento que foi entregue, porque também se viu na mesma situação, também na sua entidade patronal, quando cede serviços a outra, tem que ter um despacho, em como pode fazer esse tipo de trabalho, pensando que deveriam ter solicitado ou a pessoa entregar, tendo sido esclarecido mais uma vez que da Câmara de Vila Nova de Gaia há uma resposta que refere exactamente o despacho, de 19/08/2025, não se indo por isso em causa.

PONTO Nº 5 – SCPP– Deliberação Nº 238/2026
Atribuição de Habitações ao abrigo do Programa de Apoio ao Acesso á Habitação do 1º direito - Aprovação do Programa de Concurso e constituição do Júri.

Nos termos da IP Nº 5357/2026, de 8 de junho, da Seção de Contratualização Pública e Património, o Executivo reunido aprova por **Maioria**, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e 3 (três) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a aprovação do Programa de Concurso e respetivos Formulários de atribuição de habitações ao abrigo do 1º Direito, e designação de um júri constituído pelos seguintes elementos:

Efetivos:

- Bento José Sabino Semedo
- Luís Alberto Gonçalves Marques
- Maria do Rosário Cordeiro da Silva

Suplentes:

- Jaime da Graça Carita Martins Bizarro
- Vera Cristina Carrilho Grave

Intervenções:
- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, questionou o porquê de serem só dez dias, achando pouco tempo, 31 de agosto, porque há algumas pessoas com necessidade e com algumas dificuldades, até de capacidade intelectuais e porque se quer apoiar.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra,** tendo sido respondido que como se sabe é mais uma medida PRR, felizmente, está-se adiantado relativamente a muitas congéneres que ainda nem têm as casas construídas, sendo um período crítico neste momento, porque se vai entrar em período de férias, havendo uma Constituição de júri e as casas têm que começar a ser libertas até dia 31 de agosto, não querendo dizer que não haja uma revisão da parte do Governo relativamente a essa questão, porque se sabe que há muito empreitada que não está satisfeita por este país fora, tem-se as casas felizmente face ao compromisso dos onze apartamentos e casas que foram requalificadas e concluídas, tendo-se tudo em condições, daí os dez dias, sendo que o processo de candidatura é fácil de ser instruído rapidamente, tendo que se ter a capacidade de ajudar, para que se possa ter candidatos, análise do processo e depois se avançar para a distribuição, agosto está aí à porta, férias tendo que se jogar com todos esses prazos, não quer dizer que não haja, uma pronúncia diferente da parte de IHRU relativamente a essa matéria e da Secretaria de Estado, tem-se trabalhado muito com a Secretaria de Estado e muitas situações no IHRU têm sido mesmo desbloqueados pela Secretaria de Estado.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, questionou também sobre quais são os critérios concretos de graduação e ordenação dos candidatos, e da mesma forma que a justificação para exigir atividade laboral e ininterrupta será pelo regulamento.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, questionou se haveria disponibilidade de verem as casas antes de serem entregues, tendo sido respondido que iriam tentar que isso acontecesse.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que das várias frações, não está a fração E, sendo referido que foi aquela situação que não foi financiada, tendo sido apresentadas doze casas, só foram financiadas onze, mas isso teve a ver com o trabalho de mapeamento, acrescentando também que nessa situação, isto é o primeiro direito, vindo aí as rendas controladas

também, indo ter-se financiamento a nível do PAC, para construção, não querendo dizer que não entre no outro pacote, não será esse regulamento, terá que ser outro para o efeito isto é primeiro direito PRR, todo e qualquer informação tem que ser respondida ao abrigo do programa.

PONTO Nº 6 – GJCA– Deliberação Nº 239/2026
Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes - CIRAE - Comparticipação Financeira para o ano de 2026 - Aprovação de Minuta do Contrato-Programa.

Nos termos da IP Nº 2763/2026, de 3 de junho, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, o Executivo reunido aprova por **Maioria**, com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e 1 (um) voto contra por parte da Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a minuta do presente contrato-programa, no valor da comparticipação financeira no montante de 17.000 €, remetendo-se à **Assembleia Municipal** para conhecimento.

Intervenções:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse achar que a situação do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes tem todo o sentido, precisando-se, mas além disso e porque há algumas Associações no Concelho que têm a preocupação do bem-estar animal, acha que tem que se arranjar forma de proceder ou arranjar alguma linha para que possa haver intervenção e resposta à questão da esterilização, o apoio, o acompanhamento, face aos valores apresentados, e após a leitura do documento dá a entender que é para conservação do espaço em si, sendo a sua ideia ainda que os canídeos e os gatídeos as licenças sejam exploradas pelas Juntas de Freguesia e estas também terem essa possibilidade.

- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que tendo em conta este contrato programa ele vem de encontro àquilo que é o controlo de animais errantes para que haja aqui este investimento de 11.000 euros e + 6.000 euros, ao todo são 17.000 euros, havendo uma parte que é para a construção da parte das instalações em que houve uma melhoria, neste momento o investimento cifra-se em cerca de meio milhão de euros, o investimento que já lá foi feito, em termos de equipamento de última tecnologia para adquirir agora, alguma dessa verba será para aquisição de uma carrinha e para aquisição de equipamento para fazer operações, eles vão lá ter um bloco operatório, dizendo que na última reunião em que esteve em conjunto com outros Presidentes de Câmara, perguntava um dos Presidentes qual era o Centro de Saúde do Concelho que tinha um raio X, não conseguindo ninguém identificar, não há, mas aquele centro tem um, estando-se a falar de um de um investimento que vai de encontro ao bem-estar animal e vai de encontro àquilo que são as políticas que neste momento são levadas a cabo, podendo dizer que este valor em termos do global do investimento municipal, estão afetos àquele serviço 2

operacionais, uma enfermeira e um médico veterinário que não está lá a tempo inteiro, mas a enfermeira passa lá muito tempo com os dois operacionais do Centro, neste último ano, falou também há pouco tempo, com a Doutora Esmeralda para tentar-se ir de encontro daquilo que é a nível das associações, possa haver aqui através de um de um financiamento, de uma candidatura presente que acha que tem todo o enquadramento aqui nesta situação podendo-se ver isso, tendo já falado também com Doutora Esmeralda sobre algumas como encontrar-se também algum financiamento possível, sendo que neste momento o que se pode dizer é que as três refeições diárias que são servidas aos animais ficam em 3,75 euros, as três refeições a 1,25 euros cada refeição, estando-se a falar de valores que se comportam com aquilo que é o bem-estar e já incorpora a situação dos médicos e de toda essa situação, esse 1,25 euros já engloba todo isso, fica a seguir a Proença, fica ali entre Proença e a Sertã, num ermo.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou se relativamente a esta comparticipação financeira, não concorda com o que foi dito aqui porque já vem a falar nisso há alguns anos, quando vinha substituir outra vereadora e já falou aqui também numa reunião em que este assunto veio à Câmara, no seu entender, uma associação de municípios que faz a gestão do Centro Intermunicipal da recolha de animais tem tantos mas tantos municípios que a sua preocupação principal são os animais, sabe que a maior parte do dinheiro que aqui está é para como se disse dois operacionais, uma médica veterinária, para a gestão do espaço, raio-X, são o Concelho de Proença-A-Nova, Sertã, Vila de Rei, Oleiros, Mação, Ourém, Vila Velha de Ródão, Gavião, Idanha-A-Nova, Pampilhosa da Serra, Ferreira do Zêzere e Nisa, os cães que são apanhados destes concelhos vão todos para ali, se não forem adotados, chega com o fim deles, que vai ser o que todos sabemos, sendo a sua proposta, para o Senhor Presidente, se assim o entender, porque não a Câmara arranjar outras formas de proteção animal com uma conservação do espaço, a preocupação com os animais que andam ao abandono no Concelho e como fazem outras câmaras aqui perto, como tem o Crato, que tem um canil municipal, não é de recolha, mas é um canil, Isso nem Nisa tem, tendo sido esclarecido pelo Senhor Presidente que acabaram de dizer que já falaram com a médica veterinária para encontrar financiamento para que se consiga, ter 10, 15 boxes que é exatamente aquilo que o Crato tem, que como se deve entender houve outras prioridades porque essa é uma resposta que neste momento não está descurada, essa apreciação mas isso não é uma coisa que demora, não se estalam os dedos e se tem a resposta logo imediata de hoje para amanhã, isso não acontece, tendo-se já começado a falar sobre isso e ficou combinado com a Doutora Esmeralda falar-se um pouco mais amiúde sobre esta matéria, para se tentar pelo menos as boxes, ter-se num espaço que até já está identificado e tudo poder ter essa resposta, um Centro de Recolha, como está edificado é impensável, o investimento associado, não o investimento associado à construção e depois ao seu funcionamento é insuportável.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse que a sua posição relativamente a esta matéria prende-se com a necessidade de facto, agora nos apoios que vão dar às diferentes

associações, também apoiarem de forma cabal a associação que está a trabalhar esta matéria em Alpalhão, porque se debate com muitas dificuldades, porque tem muitos pedidos e não consegue dar resposta e independentemente considera que o Município de Nisa deve participar nestas iniciativas e deve estar presente, fazer parte da equipa, mas não se pode deixar de olhar para o território, chamando a atenção, independentemente da proposta em si de que também devem contemplar esta associação e fazer mais pelo Concelho aqui neste espaço.

PONTO Nº 7 – GJCA - Deliberação: 240/2026
Proposta de Alteração de Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA).

Nos termos da Informação/Proposta N°5035/2026, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, datada de 29 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a alteração dos estatutos da CIMAAA, nos termos do artigo 80º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submetendo-se a proposta de atualização das quotizações dos municípios à CIMAAA à **Assembleia Municipal**.

Intervenções:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que atendendo a ter-se uma equipa de sapadores á qual a União de Freguesias se tinha candidatado em tempos e cuja candidatura foi reprovada, porque a Câmara não respondeu á sua pretensão, importa referir que a equipa foi deslocada para a CIMAA e mantendo-a até ao momento no nosso Concelho, do mal o menos sempre são mais cinco pessoas no activo porque sempre são mais cinco pessoas que estão no ativo no Concelho, porque havendo alguns recursos humanos que também têm que ser comparticipados e paga algum valor de comparticipação acaba-se por ser beneficiados, porque em vez de se ter só uma equipa, existem duas, mais mão de obra do Concelho de Nisa.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que a Comunidade intermunicipal tem um papel fundamental para os territórios, sendo o elo das candidaturas, havendo aqui muita situação, sendo aquilo que existe e é partilhado pelos 15 e tanto mais que essas situações, já há municípios que resolveram as suas situações de forma antecipada pelas reuniões extraordinárias acontecidas que já têm essa situação salvaguardada do aumento da quota, não sendo só o aumento da quota, é mesmo o que permite aumentar a quota que é a ausência de clausulado para o efeito.

PONTO Nº 8 – GJCA - Deliberação: 241/2026
Barragem do Pisão: Apreciação e proposta de submissão à Assembleia Municipal da aprovação da Declaração de Utilidade Pública das parcelas de terreno localizadas no Concelho de Nisa, necessárias à construção da adução à ETA de Póvoa e Meadas.

Nos termos da Informação/Proposta N° 5335/2026, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, datada de 8 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea vv) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propor à **Assembleia Municipal**, nos termos do disposto nos artigos 10º, 12º, n.º 1 e 13º, nºs 1 e 2 do Código das Expropriações e nos artigos 1º, 2º, 3º, nºs 1, alínea b) e 2 e 4º do Decreto-Lei nº 15/2021, de 23 de fevereiro, a aprovação da declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, dos imóveis, identificados no Mapa DUP e respetivas plantas parcelares, parte integrante da presente proposta, necessários a proceder à construção da adução à ETA de Póvoa e Meadas, infraestrutura indispensável ao transporte e abastecimento de água, assegurando a operacionalidade e os objetivos estratégicos do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e de todos os direitos a ele inerentes, com todas as legais consequências, designadamente a tomada de posse administrativa imediata dos imóveis a expropriar, nos termos do art.º 4º do Decreto-lei nº 15/2021 de 23 de fevereiro, na sua redação atual, conjugado com a Lei nº 5/2023 de 20 de janeiro.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse achar que a expropriação é o último passo, depois de se tentar todas as negociações, percebe, mas isto também passa para o município uma responsabilidade muito grande, sendo as suas questões fundamentalmente as seguintes, está documentalmente comprovado a urgência invocada para a expropriação, perguntando também se foram efetuadas e documentadas todas as tentativas de aquisição amigável dos terrenos.
A proposta refere que a CIMAA assume os encargos indemnizatórios decorrentes das expropriações, perguntando se existe algum protocolo ou instrumento jurídico formal que garanta essa responsabilidade.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, respondeu que sim, dizendo que o processo do Pisão funcionou um pouco diferente da ponte Internacional sobre o Rio Sever, porque foi desenvolvido em simultâneo, o projeto e declaração de impacto ambiental e aqui foi uma situação ao contrário, estando-se a falar de quatro projetos do Pisão, cada um a seu tempo, e esta declaração de Utilidade Pública que aqui é manifesta, decorre da expropriação do território, relativamente à parte que diz apenas respeito à adoção à ETA de Póvoa e Meadas, que é um dos projetos que não estando ainda iniciado, obriga que essa declaração de utilidade pública também se possa reportar às instâncias necessárias, ICNF primeiro e depois sobra ao Ministério do Ambiente para o efeito, mas isso já houve uma situação prévia o ano transato relativamente ao posicionamento face ao PDM quanto a estas duas pontas, nem chega a 1 hectare, na Freguesia de Alpalhão, não tendo sido só

essa, nos três Municípios que são salientes, Crato, Nisa e Castelo de Vide, ela está a decorrer em simultâneo.
Disse que no projeto da ponte Internacional sobre o Sever, portanto, eram 24 proprietários, quando se iniciou, a primeira visita que se fez àquele prédio que era um dia ser feito a intervenção, o proprietário dirigiu-se-nos e disse que antes de qualquer conversa, teria que dizer algo, é oferecido, à Câmara Municipal, dos 24 proprietários, 21 contactados assinaram uma declaração a dizer que ofereciam o terreno, mas as coisas não funcionam assim, tem que haver expropriação e a expropriação tem uma compensação associada que mesmo que os proprietários, tenham manifestado essa vontade de ofertar, esta ocupação de parcelas não pode funcionar assim administrativamente não funciona assim, sendo aqui o mesmo caso, dizendo quer administrativamente têm que ir pela expropriação, havendo casos em que quando os proprietários não estão de acordo, há aquele litígio inicial, mas há negociação e depois finda porque há uma utilidade pública para o efeito.
Relativamente ás indemnizações está ao abrigo do próprio projeto, da Entidade, não sendo aqui perdidos nem achados.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que tem que se ver a nível do cadastro, deveriam os documentos ser mais elucidativos para facilitar a sua interpretação.

PONTO Nº 9 – GJCA - Deliberação: 242/2026
Protocolos de Colaboração entre a IBERDROLA Generación, S.A. e o Município de Nisa - Minutas para aprovação.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5332/2026, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, datada de 8 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, as minutas de protocolo entre o Município de Nisa e a IBERDROLA Generación, S.A., com vista á sua celebração, conforme art.º 33º, nº1, alínea o) da lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que esse assunto decorreu de uma solicitação da Iberdrola das conversas que foram tendo que despoletou a possibilidade de se efetuarem esses protocolos, é uma questão de segurança para todas as partes, existirão outros que estão a ser já produzidos, indo conquistar-se uns metros quadrados de Espanha, mas também ao abrigo de protocolo, mas esses dois, foi sem dúvida, a Iberdrola que fez o alerta, as operações, que decorrem aquando da construção e haver aqui uma coordenação e haver pontos de contacto imediatos para que as situações possam ser correspondidas e alertadas devidamente, isto a nível das descargas. A outra foi dito logo à partida para nem se pensar em passar em cima do tabuleiro, mas as situações

de emergência irão permitir que tal aconteça, porque um trabalhador que esteja do lado de lá a trabalhar em caso de acidente terá que vir para o lado de cá, salvo se houver uma subcontratação da empresa com uma empresa espanhola que estejam a operar do lado de lá, será uma coisa diferente, agora se a obra da responsabilidade do lado de cá, a operações que estejam a acontecer do lado de lá, situações de emergência, um acidente qualquer tem que vir ao território, tendo sido aí uma proatividade da Iberdrola, que permitiu essa celebração desses dois protocolos, existindo ainda outras situações em carteira, mais duas, mas que não são trazidas aqui, uma delas tem a ver a ocupação definitiva dos espaços e a outra tem a ver com a possibilidade de se usufruir do espaço dos armazéns que eles lá têm do lado de lá para operações.

PONTO Nº 10 – DSC – Deliberação: 243/2026
Regras de funcionamento "Nisa em Festa 2026"

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5349/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 8 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Maioria**, com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 (uma) abstenção por parte da Vereadora, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, de acordo com a Lei 75/2013 de 12 setembro, as Regras de funcionamento "Nisa em Festa 2026", cujo evento decorrerá entre os dias 23 e 26 de julho de 2026.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, começou por dar os parabéns, independentemente de quem tenha sido o autor, pelo facto de ter havido uma melhoria significativa neste regulamento, apesar de achar que ainda se está a léguas luz daquilo que acha que deveria ser o regulamento, contudo, este regulamento já lhe permite mais confortavelmente deixá-lo passar, assinalando alguns pontos que considera que futuramente, poderão ser revistos, não o sendo face ao estar-se já muito em cima aqui do timing e face à envolvência tão recente em todo este processo carecendo até de algum debate maior que considera dever existir em todos os processos, percebendo que é um regulamento já com alguma antiguidade e que neste momento merecia um bocadinho mais de atenção, referindo em primeiro lugar que percebe que os critérios de seleção favorecem as entidades sediadas no Concelho de Nisa, contudo, considera que favorece em demasia haver 10 pontos para as entidades sediadas e 4 pontos para as entidades regionais e nacionais parece uma disparidade demasiado acentuada, por outro lado, também considera que atribuir meio ponto por cada ano, desde 2014, a quem já esteve no certame, inibe a participação ou pode beneficiar quem sempre esteve, leva, condiciona numa maior inovação que possa ser interessante até para o próprio certame, pensando que esta grelha, entende-a, mas deve ser revista futuramente.

Está-se a dar primazia a quem é do Concelho, mas depois dá-se primazia a quem cá está sempre e é uma primazia demasiada, inibindo novos participantes, uma empresa nova que seja criada agora no Concelho vai ter menos pontuação, considerando que se já se está a privilegiar quem cá está, está-se a privilegiar mais uma vez quem está desde 2014 connosco, podendo ser inibidor de quem é novo e que surja agora, por outro lado, considera que o artigo quinto refere-se sede de origem geográfica de experiência anterior, pensando que poderiam acrescentar-se critérios como inovação, impacto turístico, produção artesanal, certificada, originalidade, outros critérios, acrescentar esses pontos seria mais enriquecedor, porque se deve apoiar quem é empreendedor, quem cria inovação no território, pretendendo-se uma inovação maior nos nossos produtos endógenos, porque só assim se consegue sobreviver, não vendo isso aqui e mesmo que se diga que são poucos os stands , se calhar em vez de se ter tantos stands duplos e estar lá uma instituição como viu o ano passado que não era necessário, sendo isso um conselho, a sua posição é de enriquecimento, apesar de achar que está muito melhor, que como disse pensa que se deve enriquecer, por outro lado ficou com uma dúvida que se prende com o artigo 13, em que diz que a Câmara pode alterar o horário, a localização, alterar a programação, cancelar o evento, parecendo-lhe uma cláusula muito ampla, se a Câmara pode fazer tudo isto o que é que se reserva neste caso para o expositor, O pagamento de uma indemnização, uma compensação.
Relativamente ao prazo para comunicação dos resultados, o regulamento fixa um prazo de candidatura dia 30 de junho, mas não define quando é que serão divulgados os resultados, perguntando se não se deveria dizer que os resultados irão ser divulgados num prazo de dez dias.
Outra questão que colocou teve a ver com o artigo 8 e diz que a distribuição das tasquinhas será objeto de sorteio na presença dos respetivos representantes, não verificando qual é o método de sorteio, qual é a data do sorteio, qual é a publicidade do ato e o critério de desempate relativamente a este sorteio, sendo o seu conselho que no próximo regulamento, estes aspetos devem estar acautelados e espera que sejam divulgados no site da Câmara para que todos sejam informados, por outro lado e até na senda daquilo que estava há pouco a dizer o prazo de candidatura termina a 30 de junho, como foi referido, que seja amplamente divulgado para que todos possam, mas deveria ser acrescentado um ponto em que possa ser também divulgado quando os resultados serão apresentados, comunicados, o prazo para a confirmação dos selecionados e o prazo para a substituição dos desistentes porque pode acontecer.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que aqui não era descurar quem possa vir a ser participante do exterior, tem-se um limite de 49 stands, havendo se calhar uma centena de pedidos do exterior, aparecendo-lhe todos os dias coisas completamente banais relativamente à significância de expositor, crendo que o que está aqui subjacente é a primazia dos 10 pontos, porque sejam agentes locais, designadamente naquele que respeita à nossa identidade e quando diz à nossa identidade, não se refere apenas ao artesanato, também os agentes económicos, havendo aqui um conjunto de iniciativas, de agentes económicos instalados no território que até primam pelo empreendedorismo, pelas ideias inovadoras que trazem.

Depois existem espaços institucionais que não se podem descurar, como sendo a Unidade Local de Saúde, o Instituto Politécnico, as Águas do Alto Alentejo, destes 49 stands, alguns são duplos, crendo que o que está subjacente é exatamente essa primazia que não está incorreta, manifestando que os incubados, aquela que é a realidade de incubação possam apresentar-se com os seus negócios.
No que se prende com o artigo 13, poderá ter a ver com a anulação de um espetáculo ou qualquer coisa assim, não é do ponto de vista só do expositor, numa abrangência maior, uma força maior que obrigue a tomar aqui uma decisão drástica sobre a programação do evento.
Relativamente ao prazo para apresentação de resultados, disse que são aquelas situações que poderiam pontualmente acrescentar valor, para a situação, praticamente quando chega ao final do tempo, já existe uma listagem ordenada por aquilo que fazem chegar, arriscando-se neste momento a dizer que está fechado, mesmo que possa ser dia 30 de junho, porque as solicitações têm sido diárias, quando diz fechado não é classificado, mas imediatamente pelo tempo que urge, a comunicação é imediata, oito dias para fazer a apreciação e a ordenação é praticamente imediata.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse achar que o regulamento alterado veio melhorar substancialmente o primeiro regulamento que estava aqui proposto para ser aprovado, achando que se existe uma data limite para a inscrição, também deveria haver uma divulgação da possibilidade de as pessoas se quererem inscrever, para não acontecer o que aconteceu em determinada altura, por exemplo, chegar um convite à Junta de Freguesia para participar e expor, depois de ter acabado o prazo para se poderem inscrever.
Se se limitar o prazo da candidatura ao dia 30 de junho, devia ter-se já divulgado no site essa possibilidade, porque há pessoas que estão à espera dessa informação, ou aquelas que espontaneamente se dirigem à Câmara para poderem estar presentes, achando também que se deveria fazer a divulgação, que mais não seja para tornar público e dar a possibilidade a qualquer um, que se pode inscrever e criar um sistema de igualdade para todos e poder ser avaliado, a situação pode ser a questão de não se aprovar o pagamento das entradas, podendo ser um fator que leva que as pessoas possam comprar mais no artesanato e nas tasquinhas e noutros sítios, tendo-se algumas pessoas que efetivamente têm vontade de estar presente e o ano passado aconteceu, pessoas que queriam estar presentes também com artesanato e houve outras coisas que não apareceram, mas nada é perfeito e pode-se sempre melhorar, achando que todas as achegas são boas para que o evento seja cada vez melhor.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, deu os parabéns a quem fez o regulamento, porque realmente está muito melhor do que o anteriormente chumbado, sendo verdade e estando bem explícito, havendo apenas uma questão em que tem uma dúvida relativamente à segurança e aquilo que se falou na última reunião por causa do seguro e de serem só os materiais que estavam assegurados, querendo que lhe dissessem onde é que está aqui bem reforçada a segurança, porque na outra só estava que só tinha seguro os equipamentos técnicos e todo o material técnico, tendo sido esclarecido que enquanto município, tem-se obrigatoriamente uma responsabilidade civil, sendo obrigatório e tem que ser comunicada a quem de direito, não entrando isso no regulamento, o que

entra no regulamento é relativamente à segurança do espaço, garantindo-se a segurança do espaço com os meios humanos necessários.
Questionou ainda que se vem no regulamento com essa especificidade relativamente aos materiais não poderia vir também relativamente ás pessoas, tendo sido respondido que não porque é uma obrigação da Câmara.

PONTO Nº 11 – DSC – Deliberação: 244/2026
Doação de Equipamento de Ginásio - Dador: Luis João de Oliveira Marquês Polido Paralta.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 4874/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 25 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a doação de equipamento de exercício físico, uma passadeira e uma máquina multifunções para ginástica à Câmara Municipal de Nisa, nos termos do nº 33º do art.º nº 1, alínea j) da lei nº 75/23013 por parte do Senhor Luis João de Oliveira Marquês Polido Paralta.

PONTO Nº 12 – DOTSM– Deliberação: 245/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Arraial da Casa do Cruzeiro", no dia 20 de junho de 2026, na Instituição (quintal) em Arez. Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Arez.

Nos termos da Informação/Proposta N° 5244/2026, da Divisão Ordenamento Território e Serviços Municipais, datada de 3 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas, para a realização do evento "Arraial da Casa do Cruzeiro", que ocorrerá no dia 20 de junho de 2026, em Arez, no quintal da instituição e requerido pela Santa Casa da Misericórdia de Arez.

PONTO Nº 13 – DOTSM – Deliberação:246/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festividades de São Pedro", no dia 26 de junho de 2026, no Largo de São Pedro, em Alpalhão. Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão.

Nos termos da Informação/Proposta N° 5344/2026, da Divisão Ordenamento Território e Serviços Municipais, datada de 8 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Maioria**, com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, a isenção de taxas, para a realização do evento "Arraial de São

Pedro", que ocorrerá no dia 26 de junho de 2026, em Alpalhão, no Largo de São Pedro, requerido pela Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão.

A Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, não votou por estar impedida devido a ser irmã da Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão.

PONTO Nº 14 – DOTSM – Deliberação: 247/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festas de São Pedro", no dia 4 de julho de 2026, junto ao Multiuso, em Tolosa. Requerente: Centro Social de Tolosa.

Nos termos da Informação/Proposta N° 5343/2026, da Divisão Ordenamento Território e Serviços Municipais, datada de 8 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, Com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas, para a realização do evento "Festas de São Pedro", que ocorrerá no dia 04 de julho de 2026, em Tolosa, junto ao Multiusos, requerido pelo Centro Social de Tolosa.

PONTO Nº 15 – DOTSM – Deliberação: 2489/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festividades de São Pedro" no dia 28 de junho, no Largo de São Pedro, em Montalvão. Requerente: Vamos à Vila -Associação Cultural e Recreativa de Montalvão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5246/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 3 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, Com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento "Festividades de S. Pedro" que ocorrerá no dia 28 de junho, no Largo de São Pedro, em Montalvão, requerido pela Associação Vamos à Vila – Associação Recreativa e Cultural de Montalvão.

Ponto nº 16 – DOTSM - Deliberação: 249/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Arraial de São Pedro" no dia 28 de junho, na Rua Marechal Gomes da Costa, em Nisa. Requerente: INIJOVEM - Associação para Iniciativas para a Juventude de Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5362/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 9 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, Com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique

Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento "Arraial de São Pedro" que ocorrerá no dia 28 de junho, na rua Marechal Gomes da Costa, em Nisa, requerido pela INIJOVEM – Associação para Iniciativas para a Juventude de Nisa.

Ponto nº 17 – DOTSM - Deliberação: 250/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "VII Aniversário do Moto Clube de Nisa", no dia 4 de julho de 2026, na Sociedade Columbófila, no Largo da Devesa, em Nisa. Requerente: MCN - Moto Clube de Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5248/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 3 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento "VII Aniversário do Moto Clube de Nisa" que ocorrerá no dia 04 de julho de 2026, na Sociedade Columbófila, no Largo da Devesa em Nisa, requerido pela MCN – Moto Clube de Nisa.

Ponto nº 18 – DOTSM- Deliberação: 251/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festas em Honra do Beato Diogo Mimoso", nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2026, no Largo Dr. António José de Almeida, em Nisa, Requerente: Fábrica da Igreja Paroquial de Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5240/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 3 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento "Festas em honra do beato Diogo Mimoso" que ocorrerão nos dias 17,18 e 19 de julho de 2026, no Largo Dr. António José de Almeida, em Nisa, requerido pela Fábrica da Igreja Paroquial de Nisa.

Ponto nº 19 – DOTSM - Deliberação: 252/2026
Reclamação nº 9.2026. Prédio Degradado, na Rua das Empegadas, em Alpalhão. Requerente Boléu Mendes.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3518/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 15 de abril de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique

Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, notificar a reclamada, para proceder á realização dos trabalhos constantes no auto de vistoria, concedendo-lhe para tal um prazo de 60 dias.

Intervenções:

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse ter estado a ver o processo, é uma reclamação e essa reclamação já veio em fevereiro, deu entrada em fevereiro e quando foi em abril a Dona Maria da Luz escreveu um ofício à Câmara a dizer para a Câmara ajudar na limpeza do espaço porque não tinha meios nem possibilidades para o fazer, se esse espaço que tem de ser limpo é dessa Senhora, se essa Senhora não tem meios, há alguma forma de a Câmara por parte dos apoios sociais levar uma carrinha e ser os próprios a colocarem tudo lá dentro, uma vez que eles não têm meios, tendo sido respondido que desde que se enquadre dentro do regulamento daquele apoio, do cartão do idoso, sim.

Ponto nº 20 – DOTSM - Deliberação: 253/2026
Sinalização e Trânsito: Requerente União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5271/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 3 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, remoção da floreira e maciço, relocalização do sinal direcional para junto do contentor de RSU (acima do mesmo), não causando obstrução ao sinal modelo B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), bem como no acesso ao contentor existente no cruzamento das ruas 5 de Outubro e Travessa do Curral Velho com a rua Alexandre Herculano, em Arez.

Ponto nº 21 – DOTSM- Deliberação: 254/2026
Processo de Legalização nº 3.2026. Prédio Agrícola, sito no Prédio Rustico "Valados do Caminho de Tolosa" em Arez. Requerente: José Martins Rovisco.

Nos termos da Informação/Proposta N° 378/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 29 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a legalização da edificação de dependência agrícola, nos termos do nº1 do art.º 102º- A do Decreto lei nº 555/99 de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto Lei nº 10/2024 de 8 de janeiro e que nos termos do nº 10 do citado artigo o requerente seja notificado no sentido do pagamento das taxas respetivas.

Ponto nº 22 – DOTSM - Deliberação: 255/2026
Licença nº 5.2025. Prédio sito na Rua Longa, em Vila Flor, Aprovação às alterações ao Projecto de Arquitetura. Requerente: Overland and Trails Consuting, Lda.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 394/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 5 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, as alterações ao projeto de arquitetura, tendo por base o nº 4 do artigo 27º do Decreto lei nº 555/99 de 16/12, alterado pelo Decreto-lei nº 10/2024 de 08/01.

Ponto nº 23 – GPDE - Deliberação: 256/2026
Proposta para Reabertura de novo Procedimento para Atribuição de lojas no Mercado Municipal de Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 3360/2026, do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Económico, datada de 8 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a reabertura de novo procedimento para atribuição das lojas nºs 1,2,3,4,5, 12 e 14 do Mercado Municipal de Nisa, conforme alínea ee) do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09.

Intervenções:

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse ter uma proposta para fazer ao Senhor Presidente, uma vez que ninguém concorreu ou ninguém está interessado, não será pelo facto do Mercado Municipal só abrir terças, quintas e domingos que faz com que as pessoas não concorram e porque é que a Câmara não tem aquele espaço aberto todos os dias como por exemplo Portalegre que está sempre aberto, tendo sido respondido que ele está sempre aberto, os lojistas é que não estão sempre presentes lá todos os dias, apesar de no regulamento existir essa possibilidade

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse que à semelhança do anterior regulamento, percebe aqui a vontade e a necessidade de avançar com a colocação das lojas, mas também todos percebem que o Mercado Municipal definha a olhos vistos de dia para dia, não se revelando um espaço atrativo, pelo que a sua primeira questão é atendendo ao facto de o procedimento anterior ter ficado deserto, gostaria de perceber se foi realizada alguma avaliação das razões que levaram à ausência de candidatos e de que forma os critérios agora propostos

respondem a esse problema, tendo sio referido que os critérios são os mesmo que existem no regulamento, aqui foi a inobservância de interesse para o efeito, havendo a noção neste momento que poderá existir pelo menos dois interessados, tendo-se avançado imediatamente com nova solicitação.
Referiu ainda pontos a considerar em futuras situações e pontos de debate que gostaria de debater, mas face ao tardio da hora desta reunião, avaliar as razões do procedimento anterior, nomeadamente o valor das rendas, a duração da concessão, as restrições das atividades permitidas, as condições físicas do espaço, sendo a sua questão se tem chegado à Comissão de Avaliação alguma posição de desagrado, do valor do espaço, alguma posição que permita entender onde é que se pode trabalhar, tendo sido respondido negativamente relativamente a esta questão.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, sugeriu que houvesse a máxima divulgação do assunto e seja possível as pessoas terem conhecimento desta possibilidade.

Ponto nº 24 – SF - Deliberação: 257/2026
Proposta de Atualização das Quotizações da CIMAA 2026

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5278/2026, da Secção Financeira, datada de 5 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a atualização da quota da CIMAA para um valor mensal de 3.845,72 €, incluindo a retroatividade reportada a 1 de janeiro de 2026.

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra,** disse que 30 anos sem atualização de quotas, tendo sido ponderados vários cenários em Conselho Intermunicipal para a revisão, foram solicitadas propostas salvo erro, só o Município de Nisa é que apresentou uma proposta que considerava uma comparticipação fixa, essa comparticipação através do valor do FEF, do valor do número de população, da área territorial, tendo Elvas apresentado também uma proposta que divergia um pouco, mas também englobava alguns parâmetros dessa natureza, achando-se por bem que esta primeira revisão, que é uma revisão de fundo, porque o funcionamento da Comunidade Intermunicipal se fosse só baseada em 2% do FEF, como é apontado ou como poderia ser apontado, haveria Municípios que não suportariam a respetiva alteração e aumento da quota, tendo-se considerado que o critério mais justo para esse desequilíbrio de não revisão da quota neste tempo todo que decorreu, seria através do indicador de fator de atualização dos anos decorridos, chegando-se aí a este consenso relativamente à quota que é aqui apresentada.

Ponto nº 25 – SF - Deliberação: 258/2026
Consolidação da Prestação de Contas do ano de 2025

Nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 5373/2026, datada de 09 de junho de 2026, da Secção Financeira, o Executivo Reunido aprova por **Maioria**, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e 3 (três) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a proposta de Consolidação da Prestação de Contas do ano de 2025, de modo a serem submetida à aprovação da **Assembleia Municipal**, sendo que á data 31/12/2025, o perímetro de consolidação do Município de Nisa, integra para além do próprio Município, a Empresa Intermunicipal – Águas do Alto Alentejo. E.I.M., S.A.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, questionou porque não consolidaram no final do ano, tendo sido esclarecido que não foram apresentadas juntamente com as individuais porque são períodos diferentes, estando já nas individuais refletido o valor referente ás Águas do Alto Alentejo

Ponto nº 26 – SF - Deliberação: 259/2026
Revisão nº 1 ao Orçamento e ás Grandes Opções do Plano.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5380/2026, da Secção Financeira datada de 9 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Maioria**, com 2 (dois) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, 2 (dois) votos contra por parte das Vereadoras, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 (uma) abstenção por parte do Vereador Senhor João José Cabim Malpique Rufino, a Revisão nº 1 ao Orçamento e ás Grandes Opções do Plano, contendo resumidamente os seguintes ajustamentos:

Receita – Redução do valor global em 1.031.028,18 €;
Despesa – Redução do valor global em 1.031.028,18 €;
Grandes Opções do Plano – Redução do valor Global em 1.561.000,00 €.

Nos termos do nº1 do art.º 33º, do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro deverá ser submetido posteriormente à **Assembleia Municipal**.

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que o que está aqui em causa é que foi feito um trabalho de fundo, tentar retirar disponibilidade financeira que existia em contratos que foram extintos, realocá-los nas respectivas rubricas, ou seja, reforça as rubricas, mas aproveitando esta

situação, como há um projeto que vai ser lançado, sendo um entre projetos, mas é o que tem mais a ver com a eficiência energética das piscinas municipais, um projeto que irá rondar 1.000.000 de euros, sendo necessário nas grandes opções do plano, retirar um dos projetos que estava financiado, que neste caso foi a Galiana, que da monta é mais ou menos o mesmo, considerar este projeto, eles estão aqui elencados, são três situações propriamente ditas, promoção da eficiência energética em edifícios municipais a Piscina Municipal de Nisa, o arranjo paisagístico da entrada do cemitério não é financiado, e beneficiação da estrada do Monte Claro que entra em arruamentos, sendo que o que está aqui em causa é ter-se a consideração, quer a nível de despesa, quer a nível de receita, a desconsideração do projeto da Galiana, para na criação de uma nova opção do plano, a consideração do Projeto que vai ser candidatado na brevidade, vai ser apresentado, virá aqui, à reunião da Câmara, que vai ser candidatado para beneficiar-se de verba em pacto, por isso, aproveitou-se que se fizesse essa limpeza de algumas rubricas para o devido efeito, mais acresce, algumas situações, como já tinha referido aqui anteriormente, no que diz respeito à transferência decorrente para as freguesias pela monta de valor que se considerou inicialmente, são 460.000 euros, tendo-se lá um montante de 400 e qualquer coisa 1000, sendo necessário fazer uma revisão dos 60.000 euros e pouco mais, relativamente à questão dos resíduos sólidos urbanos, reforço, nessa revisão para esse grande projeto piscina, requalificação dos balneários, eficiência energética daquela infraestrutura.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse ter percebido que de facto há aqui a necessidade de enquadrar algumas situações que têm mesmo que ser feitas, mas também há aqui outras situações que foram opções políticas e que podem não concordar com elas.
Questionou qual a razão concreta para o aumento de 155.000 euros em outros trabalhos especializados, diz respeito a quê.
Perguntou porque é que foram reduzidas determinadas obras, inicialmente previstas, questionando se houve reduções por ter sobrado verba, tendo sido respondido que não se poderia fazer esse exercício se assim não fosse.
Questionou sobre qual o critério para novos investimentos, dando o exemplo se a transferência de capital resultou da perda de financiamento ou apenas da reprogramação temporal, tendo sido dito que foi só porque acabaram.
Relativamente ao reforço das rubricas das Freguesias corresponde a novos protocolos ou à atualização.
Perguntou também se relativamente ao valor de anulação em habitações, 167.000 euros isto resultou de que projeto, tendo sido esclarecido que foi da estratégia local de habitação,

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, esclareceu que os trabalhos especializados, são avenças, prestações de serviços, tem-se conseguido superar as necessidades de pessoal através de prestações de serviço, principalmente a nível da escola, onde há várias prestações de serviços a decorrer que findam agora no final do ano Letivo tendo que se assegurar esta mesma matéria. outras situações acontecerão, na financeira onde se vai ter um desfalque muito grande a nível da

financeira e que vai obrigar a ter-se uma situação também de prestação de serviços, devido ao fim de contratos e até que a questão dos concursos esteja resolvida até ao final do ano.
Relativamente á transferência de capital disse que também há situações que tem que se ter em consideração, que há projetos que são financiados a 100% ou de 85% outras 50%, relativamente à questão das piscinas, que é o caso principal, vai considerar-se um investimento um financiamento de 85%. e como se costuma dizer, também se está a fazer contas com ovo no cu da galinha, porque o pacto é uma definição de verbas distribuídas, mas que são alvo de reprogramações e o que acontece dentro daquilo que é a flexibilização decorre exatamente das instruções da CCDR, se se conseguir ter uma execução que majora a execução do território dos 15, esses projetos já não se chama o overbooking, chama-se flexibilização, ou seja, se se tem um projeto que tem a certeza que é financiado a 50%, porque é o valor que lá se tem, pode majorar até aos 85%, mas evidentemente, em termos de contas, é justo quando se analisa e se faz essa revisão, ser pelo preço justo quer a nível da despesa, quer a nível da receita.
Relativamente ao reforço das rubricas das Freguesias, corresponde a revisão, estando a ser feito um trabalho prévio, em termos de gabinete, para trazer à Câmara, que estima 460.000 euros da distribuição, sendo que com a anterior situação era 250.000 euros.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse ter sido referido numa reunião anterior, a situação da possibilidade de uma candidatura da questão do Chão de Alter, estando a ver aqui a retirar-se alguma verba, tendo sido referido que está tudo pago,
Disse ainda que o que foi dito aqui naquela reunião foi que não se concluiu a questão de revisão de preços e tudo mais, porque estava dependente de uma possível candidatura ou comparticipação financeira.
Aquilo que acha relativamente à questão do apoio às freguesias, aos acordos de execução, sentir-se-á confortável em saber quanto é que efetivamente seria a majoração para cada uma deve, achando que já houve tempo suficiente para se poder negociar com elas, sendo já oito meses e continua-se a aguardar.

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, esclareceu que o que foi dito foi que a candidatura estava feita, a morosidade da aprovação da candidatura levou a que se aceitasse o termo e só com o termo carregado em plataforma, já está financiada e já na altura tinha sido aprovada, a questão é que o termo tinha que ser carregado antes de se aprovar a alteração pelos trabalhos a mais, trabalhos complementares que virão á próxima reunião de Câmara.
Relativamente ao apoio ás Juntas de Freguesia, uma coisa é dizer-se que são 250.000 euros que existem, havendo um trabalho que tem que ser feito ao abrigo de duas situações, relativamente àquele que é o trabalho de reforço destas verbas pela realidade corrente e pelos valores correntes, que leva o seu tempo, outra coisa é também duplicar-se esse esforço com a situação do Protocolo de Apoio Logístico a disponibilizar às Freguesias, porque são duas situações que se complementam, ou seja, vai-se chegar aqui a consenso relativamente a duas situações, uma que diz respeito à parte logística que tem custos, indo reforçar-se essa logística, tendo que pesar

relativamente àquilo que é exatamente a discussão salutar que se vai ter com as Freguesias e dizer a realidade neste momento é esta, a realidade de cada uma, vindo a discussão neste quórum aquilo que é a participação individual de cada uma das Freguesias.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que na sua opinião, também deviam ter conhecimento de todos os protocolos das Juntas de Freguesia, dos existentes para depois poder distribuir então o dinheiro e no que se refere também aos Planos de Atividade das Associações porque sem se saber o que querem, também não se pode estar aqui a colocar aqui um montante.

Ponto nº 27 – DOTSM - Deliberação: 260/2026
Sistema para interromper os toques dos sinos em horário noturno, na Torre do Relógio em Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5437/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 11 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho.
a instalação de um novo sistema por forma a interromper os toques dos sinos em horário noturno, na Torre do Relógio de Nisa, remetendo-se á **Assembleia Municipal** para conhecimento

Intervenções:

- Presidente Dr. **José Dinis Samarra Serra**, acrescentou que aquilo que foi seu compromisso era tentar encontrar uma solução híbrida em que não se abandonasse o relógio monumental, lendo o seguinte parágrafo:
"O relógio mecânico existente na torre do Relógio é um relógio, como sabem circular, modelo Hércules, fornecido possivelmente pela antiga Casa de Relojoaria Andrade Melo, na rua Mouzinho da Silveira, no Porto, com capacidade para toque de horas num sino e meia horas noutros dois Sinos, dingdang, mecanismo para o qual não existem peças novas, pelo que qualquer peça que o presente desgaste relevante com implicação de substituição, retificação, tem de ser fabricada à mão, isto é um relógio que, quando fabricado e instalado, era uma maravilha da indústria da realojaria monumental, no entanto, os anos passam, a tecnologia, deu um passo enorme e estas máquinas passaram a obsoletas, verdadeiras peças de museu, com valor patrimonial e histórico não quantificável..."
Aquilo que se pretendia era encontrar uma situação híbrida, ou seja, que se conseguisse manter a realidade de relógio monumental e fazer a interrupção e mantendo, mas não é mesmo possível e desaconselham, porque aqui até algures diz que é um assassinato aquilo que existe lá, não se retirará a peça histórica, ela continuará existente, acrescentará a que essa situação se vier a ser concordante essa posição de cessar os toques no respetivo horário noturno.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, constatou ter sido dito aqui que não há outra forma de se manter aquele relógio monumental, referindo que essa essa situação existia também no sino de Alpalhão, também esse sino da Torre do Relógio é manual e na altura, também tiveram um comunicado de uma pessoa que o sino perturbava as horas de dormir, o que se fez foi contactar o relojoeiro, que é de Coruche e houve essa possibilidade de se calar o sino à noite, o que se fez na altura foi mandar limpar o relógio que até se podem ir visitar e mandou-se colocar luz na altura, não se procedeu ao corte, mas depois o executivo já procedeu ao corte do toque dos sinos falando com o tal relojoeiro.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que já tinham aqui trazido este problema, concordando perfeitamente com o silenciar do Relógio, dos sinos durante o período da noite achando inclusive, que deviam melhorar o espaço e o próprio Relógio para que pudesse ser visitável essa parte monumental, como em tantos outros lugares similares.

Ponto nº 28 – DOTSM - Deliberação: 261/2026
Candidatura ao Espaço FabLab na Incubadora de Novas Empresas de Nisa - MODUTEK.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 5437/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 11 de junho de 2026, o Executivo Reunido aprova por **Unanimidade**, com 5 (cinco) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a instalação de um novo sistema por forma a interromper os toques dos sinos em horário noturno, na Torre do relógio de Nisa, remetendo-se á **Assembleia Municipal** para conhecimento

Ponto nº 29 – SEA - Deliberação: 262/2026
Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem

A presente Minuta, depois de lida em voz alta aos Eleitos presentes foi aprovada por Unanimidade, para efeitos de eficácia externa imediata legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pelo que poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta nos termos e para cumprimento do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei acima referida.

Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pelo Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, quando eram 18h30.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, é constituída por **37** folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e por mim, António da Piedade Pimpão

Ata
Nº 16/2026

Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA REUNIÃO

(Dr. José Dinis Samarra Serra)

(Presidente CM Nisa)

O COORDENADOR TÉCNICO

(António da Piedade Pimpão Crespim)

(Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de novembro de 2026 e aprovada por: **Maioria**.

- Favor: 5 (cinco) votos (PS, CDU, PSD)
- Contra: () voto com Declaração de Voto ()
- Abstenção: () voto ()